

Título da Audiência Pública:

Audiência Pública para coleta de subsídios da sociedade para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2026-2029

Data:
30/06/2025

Horário Inicial:
13:30

Horário Final:
16:30

Endereço da Audiência Pública:

Auditório da UNIPAC- Rua Manoel Byrro, 241, Bairro Vila Bretas

Cidade:
Governador Valadares

Estado:
MG

CEP:
35032-620

Tema Central (pode ser a área de atribuição):

Coleta de propostas, diagnósticos e informações da comunidade para subsidiar a elaboração do PPAG 2026-2029, com ênfase nas políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Nº de Participantes
63

Temas

específicos:

Desafios da inclusão de alunos com deficiência na rede de ensino.

Planejamento orçamentário e a importância da participação popular na definição de prioridades.

Infraestrutura urbana, evasão escolar e letalidade juvenil.

Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

Qualidade e atratividade da educação pública, incluindo a necessidade de cursinhos pré-vestibular periféricos.

Melhorias na estrutura física e de pessoal das instituições de acolhimento.

Criação de programas de atendimento psicoterapêutico e aquisição de medicamentos para crianças e adolescentes.

Ampliação de vagas em creches e melhoria na infraestrutura dos Conselhos Tutelares.

Políticas de cultura e lazer para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Criação de políticas de proteção para adolescentes ameaçados de morte.

Capacitação da rede em Justiça Restaurativa e criação de um "plantão social".

Acesso a recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

Desburocratização para formalização de coletivos culturais e denúncias de violência policial.

<p>Mesa Diretora:</p>	<p>Presidente - Dra. Mariana Cristina Diniz dos Santos (Promotora de Justiça).</p> <hr/>
<p>Órgãos e Entidades participantes:</p>	<p>Poder Legislativo Municipal</p> <hr/> <p>Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais</p> <hr/> <p>Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SIND-UTE)</p> <hr/> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)</p> <hr/> <p>Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-GV) Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Nordeste Mineiro (SINEP) Organizações da Sociedade Civil (Instituto Nosso Lar, Casa Semiliberdade)</p> <hr/> <p>Coletivos Culturais (Coletivo Deck, Casa de Cultura Cumbuca)</p> <hr/> <p>Igreja Metodista Central</p> <hr/> <p>Estudantes e cidadãos em geral.</p> <hr/> <p>Poder Executivo Municipal (Secretaria Municipal de Planejamento)</p>
<p>Expositores:</p>	<p>Expositor Técnico: Professor Bráulio Magalhães (UFJF-GV e coordenador do projeto NEJUS).</p> <hr/>
<p>Debatedores:</p>	<p>Samuel Lara de Araújo (SINEP)</p> <hr/> <p>Gustavo Veríssimo (Secretário Municipal de Planejamento)</p> <hr/> <p>Professor Bráulio Magalhães (UFJF-GV)</p> <hr/> <p>Euclides Acácio de Souza (CMDCA)</p> <hr/> <p>Luciana Borges de Almeida (SIND-UTE)</p> <hr/> <p>Dr. Jackson Silva (Defensor Público)</p> <hr/> <p>Paloma Camargos (Advogada da Casa Semiliberdade)</p> <hr/> <p>Gisela Oliveira (Assistente Social da Vara da Infância e Juventude)</p> <hr/> <p>Sandra Cristina Pinheiro (Instituto Nosso Lar)</p> <hr/> <p>Danilo Nunes Fernandes "Korvo" (Coletivo Deck e Casa de Cultura Kumbuca)</p> <hr/> <p>Marco Antônio (Pastor da Igreja Metodista Central)</p>
<p>Resumo das Discussões:</p>	<p>A audiência pública promoveu um debate aprofundado sobre as principais carências e demandas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes em Governador Valadares. As discussões convergiram para a necessidade de traduzir a "prioridade absoluta" em orçamento real no PPAG. Foram abordados temas críticos como a precariedade da infraestrutura escolar e de acolhimento,</p>

a alta evasão escolar, a falta de políticas de saúde mental e de proteção a jovens em risco, a necessidade de ampliar o acesso à cultura e ao lazer nas periferias, e os desafios da inclusão de pessoas com deficiência. Os participantes destacaram a importância da participação popular para a construção de um orçamento que reflita as reais necessidades da população, criticando a burocracia e a falta de recursos para a execução de projetos sociais essenciais.

Providências Adotadas: A Promotoria de Justiça se comprometeu a compilar todas as propostas e diagnósticos apresentados na audiência.

O material compilado será formalmente encaminhado ao Chefe do Poder Executivo e ao Presidente da Câmara de Vereadores para subsidiar a elaboração e a votação do projeto de lei do PPAG 2026-2029. Foram registradas em ata, como contribuições do Ministério Público, as seguintes ponderações: a necessidade de potencializar a guarda subsidiada, garantir remuneração digna aos profissionais do SUAS e criar uma rubrica orçamentária para "despesas miúdas" nos serviços de acolhimento.

Justificativa: A realização da audiência pública justifica-se pela necessidade de cumprir o princípio democrático da participação popular na gestão pública, conforme previsto na legislação. O evento foi fundamental para coletar informações diretamente da comunidade e dos atores que atuam na rede de proteção, garantindo que o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2026-2029 seja elaborado com base em diagnósticos reais e contemple as prioridades da população, em especial no que tange à efetivação do princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.